



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
BIBLIOTECA

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

ABRIL

2010



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 26/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 28/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 216/203 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 13

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TJ-RJ:** Liberdade ao réu – Recolhimento dos mandados de prisão que perderam o objeto.....215
- **TSE:** Partidos políticos e candidatos – Atos perante o CNPJ.....215
- **STJ:** Súmula 348 – Cancelamento.....214

DOCTRINAS

- A estabilidade acidentária do trabalhador aposentado – **Vinicius Neves Bomfim**214
- Conselho Nacional dos Tribunais de Contas: Necessidade ou extravagância? Análise com base na Emenda Constitucional nº 45/2004 – **Bruno Barata Magalhães**212
- Medida cautelar – Revogação pela sentença – Efeito suspensivo da Apelação – **Kiyoshi Harada**.....210

ESTUDO DE CASOS

- *Habeas Data* – Finalidade209
- Penhora sobre aplicação financeira – Possibilidade207

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**205
- Abandono de causa: OAB entra com ação contra multa para advogado

- Alimentos gravídicos: juíza determina execução de pensão
- Arbitragem: uso para homologar rescisão de contrato é inválido
- COFINS: STF prorroga, mais uma vez, análise do mérito
- Estudo da OIT: 58,6% trabalham mais de 40 horas por semana
- Pneus sem uso: fabricantes terão de comprovar destinação
- Repercussão Geral: novos temas são reconhecidos pelo STF
- Súmula 424: É legítima a incidência de ISS em serviços bancários
- Súmula 429: Citação via correio exige aviso de recebimento
- Projetos de lei**204

- Ampliação da lista de profissionais autorizados a portar arma
- Aprovada consolidação de 45 leis sobre direito eleitoral
- CAS analisará modificação no Estatuto do Idoso
- Empregador poderá ficar obrigado a pagar vale-transporte integral
- Proibição de palavras estrangeiras em documentos oficiais

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 22-3 a 26-3-2010.....203

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 26/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 28/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 208/193 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 13

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de usucapião

• Tendo a usucapião constitucional urbana como suporte fático a posse-moradia do usucapiente ou de sua família, afigura-se inviável a *accessio possessionis*.

Pedido de reconsideração

• O pedido de reconsideração não é sucedâneo de recurso, não tendo por isso mesmo, efeito suspensivo.

CIVIL E COMERCIAL

Fiança

• A fiança, cuja validade depende da outorga uxória, quando prestada por pessoa casada, não implica, por si só, a solidariedade em relação à esposa do prestador.

Locação não residencial

• Na locação não residencial por tempo determinado, findo o prazo estipulado, cessa de pleno direito a avença, independentemente de notificação ou aviso.

PENAL E PROCESSO

Falsidade ideológica

• Pratica o crime de falsidade ideológica o agente que insere em documento particular declaração falsa, alterando a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Roubo

• Para a configuração do delito de roubo, imprescindível a existência de violência ou grave ameaça à pessoa, a ponto de impossibilitar sua resistência.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Agravo de instrumento

• Escritos extraídos da internet, desprovidos de assinatura digital, disponibilizados como fonte de consulta e informação, desservem à instrução do instrumento de agravo.

Execução de sentença

• A prescrição intercorrente é aplicável ao processo do trabalho na hipótese de a execução não ter prosseguimento por desinteresse do credor.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Arguição de inconstitucionalidade

• Erige-se inconstitucional, norma municipal que fixa responsabilidade civil objetiva ao causador de dano ambiental decorrente de poluição eletromagnética.

Pensão por morte

• Relações não eventuais entre homem e mulher – impedidos de casar, constituem concubinato, ao qual não se iguala a união estável.

TRIBUTÁRIO

Certidão negativa de débito

• Não é lícito ao Fisco negar a expedição de CND em favor da pessoa física do sócio, pelo fato de a empresa se encontrar com restrições perante a Fazenda Pública.

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

• A “venda financiada” e a “venda a prazo” são figuras distintas para o fim de encerrar a base cálculo de incidência do ICMS.



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 31/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 04/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 232/217 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 14

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-RJ:** Identificação das partes –
Revogação do Aviso 165/2010.....231
- **TJ-SP:** Precatórios pendentes de julgamento –
Requerimento e protocolo.....231

ATOS INSTITUCIONAIS

- **ANVISA:** Medicamentos controlados –
Atualização da Portaria 344/98230

DOCTRINAS

- O casal Nardoni tem direito a novo julgamento? –
Rômulo de Andrade Moreira230
- Lei 5.312/2008 e os honorários advocatícios
extrajudiciais – **Dário Corrêa Filho**223

ESTUDO DE CASOS

- Oferta feita em anúncio – Vinculação222
- Renúncia de herança – Habilitação de
credor no inventário.....220

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**219
- Conflito de normas: lei específica e mais recente
deve prevalecer

- Expulsão: filhos brasileiros garantem permanência de estrangeiros
- Justa causa: simples adesão à greve não é falta grave
- Ordem Suprema: Estados devem apresentar plano sobre precatórios
- Processo Judicial Eletrônico: mais um passo para a modernização
- Proporcionalidade: princípio tridimensional é tratado em obra
- Recurso repetitivo: *leasing* e a não incidência de ICMS
- Reservas indígenas: STF arquiva proposta de súmula vinculante
- Segurança: STF utiliza princípios para cassar decisões do TCU

Projetos de lei218

- Aprovada isenção de pedágio para motos
- Comissão aprova mudança profunda no sigilo bancário
- Idosos poderão sacar FGTS a partir dos 65 anos
- Listas telefônicas deverão divulgar Código de Defesa do Consumidor
- Proposta estende a câmaras municipais o direito de propor ADIs

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 29-3 a 31-3-2010.....217

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 31/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 04/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 224/209 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 14

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Execução provisória

- Inaplicável a multa do artigo 475-J do CPC na execução provisória, tendo em vista que o trânsito em julgado da decisão é um dos pressupostos para sua incidência.

Procedimento sumário

- Nas ações submetidas ao procedimento sumário, o rol de testemunhas deverá acompanhar a petição inicial, ou a contestação, sob pena de preclusão.

CIVIL E COMERCIAL

Alienação fiduciária

- A demora injustificada na liberação do gravame incidente sobre o veículo, após regular quitação do contrato, constitui negligência da instituição financeira.

Inventário

- A declaração judicial do Direito deve abrigar a real intenção das partes envolvidas no processo, e não a disposição literal declarada em erro substancial.

PENAL E PROCESSO

Corrupção de menores

- O crime de corrupção de menores é de natureza formal, bastando a participação do menor para que se verifique a subsunção da conduta do réu imputável ao tipo.

Estelionato previdenciário

- É de natureza instantânea com efeitos permanentes o estelionato cometido em detrimento da Previdência Social.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acordo judicial

- Não há incidência de contribuições previdenciárias quando realizado acordo entre pessoas físicas, sem reconhecimento de vínculo de emprego.

Prova

- O princípio *in dubio pro operario* não socorre ao reclamante que não forneceu ao juízo elementos probatórios relativos ao direito alegado.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Funcionalismo público

- A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada não pode ser reajustada quando houver aumento do vencimento de cada servidor.

Processo administrativo disciplinar

- À atividade sancionatória ou disciplinar da Administração Pública se aplicam os princípios, garantias e normas que regem o Processo Penal comum.

TRIBUTÁRIO

Imposto de importação

- A utilização do preço da arrematação como base de cálculo do imposto de importação restringe-se aos leilões promovidos pela autoridade aduaneira.

SIMPLES

- O exercício do direito à opção ao SIMPLES, com fundamento em legislação superveniente, só pode ocorrer na vigência da norma que concedeu o benefício.



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 09/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 11/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 248/233 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 15

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Prescrição em competência criminal – Controle de prazos247
- **CNJ:** Videoconferência – Documentação dos depoimentos e inquirição de testemunhas247

ATOS DO LEGISLATIVO

- Nova Lei de tóxicos – Prevenção e repressão – Convênios com Municípios246

ATOS INSTITUCIONAIS

- **Anvisa:** Medicamentos fitoterápicos – Registro245

DOCTRINAS

- A “emenda Ibsen Pinheiro” e o novo marco regulatório do pré-sal – Inconstitucionalidade – **Cláudio de Oliveira Santos Colnago**245
- O valor mínimo na arrematação de bem de incapaz – **Luiz Cláudio Barreto Silva**242
- Trote universitário: O *bullying* nas escolas – **Luiz Carlos Furquim Vieira Segundo**241

ESTUDO DE CASOS

- Contribuição confederativa – Desconto compulsório – Irregularidade240
- Crimes contra a honra – Funcionário público – Legitimidade concorrente237

NOTICIÁRIO

Destaques da semana235

- Acordo coletivo: pacto só pode ser prorrogado por até dois anos
- Ação civil pública sobre expurgos: STJ analisa prescrição
- Eleições 2010: eleitores têm até 5 de maio para transferir título
- Enchente no RJ: OAB pede ao MPF para apurar omissão
- Membros do MP: STF reafirma entendimento sobre afastamento
- Oficial de Justiça: servidor não pode acumular duas gratificações
- União estável: relação entre padre e mulher não é reconhecida

Projetos de lei234

- Aumento da idade de dependentes para declaração de IR
- Conversão da separação em divórcio por via administrativa
- Modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal
- Participação de empregados em conselhos de estatais
- Pena maior para crimes de concorrência desleal
- Pós-graduação gratuita nas universidades públicas
- Punição a laboratórios que não denunciarem imagens com pornografia infantil
- Regras para retaliação comercial pelo Brasil
- Venda de meia-entrada pela internet sem identificação prévia

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 09/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 11/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 240/225 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 15

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação anulatória

• O terceiro juridicamente interessado na rescisão do ato tem legitimidade para propor a ação anulatória do mesmo.

Recurso adesivo

• A exigibilidade do preparo do recurso adesivo não está vinculada à obrigação de recolhimento desse tributo no recurso principal.

CIVIL E COMERCIAL

Fraude contra credores

• O prazo decadencial para anulação de atos decorrentes de fraude contra credores passa a fluir do dia em que se realizou o negócio.

Seguro

• Existindo conhecimento da parte contratante sobre a cláusula restritiva de indenização, não é possível ater-se ao formalismo e negar-lhe vigência.

PENAL E PROCESSO

Apelação

• Se, diante de sentença que condenou o acusado por crime diverso do constante na denúncia, apenas a defesa recorreu, há preclusão da matéria para a acusação.

Execução penal

• Por ausência de previsão legal, a prática de falta disciplinar de natureza grave não interrompe o lapso necessário para a progressão de regime.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Audiência de instrução e julgamento

• Não se cogita de nulidade processual ao fato de ter havido inversão na ordem do depoimento das partes e suas testemunhas.

Isonomia salarial

• Observado o exercício das mesmas funções, são devidos aos empregados da prestadora de serviços os mesmos direitos como se empregados da tomadora fossem.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Fornecimento de água

• Dispondo o condomínio de um único hidrômetro, a concessionária não pode multiplicar o consumo mínimo pelo número de unidades autônomas.

Mandado de segurança

• Não se confunde o simples executor material do ato com a autoridade superior responsável pelas determinações cumpridas por ele.

TRIBUTÁRIO

Compensação

• A compensação de crédito de precatório com débitos tributários é admissível desde que o devedor do precatório seja a mesma pessoa credora da dívida.

Execução fiscal

• Com a confissão de dívida e o parcelamento do débito, interrompe-se o prazo prescricional, reiniciando-se somente na data do último pagamento efetuado.



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 16/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 18/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 264/249 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 16

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Imposto de Renda – Datas para restituição263

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TST:** Impedimento ou suspeição – Alteração da Consolidação dos Provimentos.....263
- **TJ-MG:** Protocolo integrado e citação/intimação postal – Novos valores262

DOCTRINAS

- Teoria geral da obrigação solidária – **Bruna Lyra Duque**.....262
- Cabe substituição de pena para condenados por tráfico? – **Gecivaldo Vasconcelos Ferreira**.....257

ESTUDO DE CASOS

- Prestação de contas – Alimentos – Falta de interesse de agir e ilegitimidade ativa255
- Servidão administrativa – Limitação ao direito de propriedade253

NOTICIÁRIO

- **Destaques da semana**251
- Aborto: namorado deverá ir a júri popular por induzir namorada
- Bacen Jud: credor tem direito de realizar nova consulta

- Novo CPC: decisão em recurso repetitivo deverá ser vinculante
- Planos Bresser e Verão: prazo para ações civis públicas é de 5 anos
- Revista de bolsas: vistoria não gera indenização por dano moral
- Rito sumário: presença do advogado em conciliação é imprescindível
- Súmula 428: competência do STJ é deslocada para os TRFs
- Tempo de serviço: Orkut serve de prova na Justiça do Trabalho
- União estável: separação de bens em razão da idade é válida
- Unidade fiscal: Supremo aplica entendimento sobre valor de índice

Projetos de lei250

- Facilidade no pagamento de boletos vencidos
- Obrigatoriedade de inclusão da data de entrega em correspondências
- Modelos muito magras podem ser impedidas de desfilar
- Prazos para emissão de documentos de quitação
- Regulamentação da profissão de diarista
- Usuários de telefones fixos poderão optar por planos sem assinatura mensal

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 12-4 a 16-4-2010249

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 16/04/2010 – EXPEDIÇÃO: 18/04/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 256/241 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 16

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de indenização

- A simples ruptura do noivado não legitima só por isso a pretensão indenizatória, se não vislumbrada a ilicitude no rompimento.

Apelação

- A apelação deve trazer as suas razões específicas, não bastando, para o seu conhecimento, a mera referência genérica às razões da inicial ou da contestação.

CIVIL E COMERCIAL

Seguro

- A embriaguez do condutor do veículo segurado, por si só, não é causa excludente da obrigação de indenizar assumida pela seguradora.

Sistema Financeiro da Habitação

- É viável o levantamento de saldo do FGTS para amortização ou quitação de saldo devedor de imóvel adquirido, inclusive à margem do SFH.

PENAL E PROCESSO

Habeas corpus

- Inviável em sede de *habeas corpus*, o pedido de reconhecimento da desistência voluntária, bem assim do alegado arrependimento eficaz.

Júri

- As nulidade ocorridas durante o julgamento devem ser alegadas em Plenário do Tribunal do Júri, e constar da ata, sob pena de preclusão.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acidente do trabalho

- Ainda que em grau mínimo, a seqüela de acidente do trabalho, importando em redução funcional, deve dar margem ao respectivo benefício.

Penhora

- Sendo o salário destinado ao sustento do trabalhador, considera-se descabida a sua penhora para o adimplemento de honorários advocatícios.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

- Nos casos de desapropriação para regularização fundiária por meio de retitulação, somente cabe indenização quando houver prejuízo ao expropriado.

Meio ambiente

- É facultativa a consulta pública quando se trata de proposta de criação de estação ecológica ou reserva biológica.

TRIBUTÁRIO

Crédito tributário

- Depositado em juízo o montante em discussão, o contribuinte não pode ser responsabilizado pela correção monetária e juros de mora sobre o tributo.

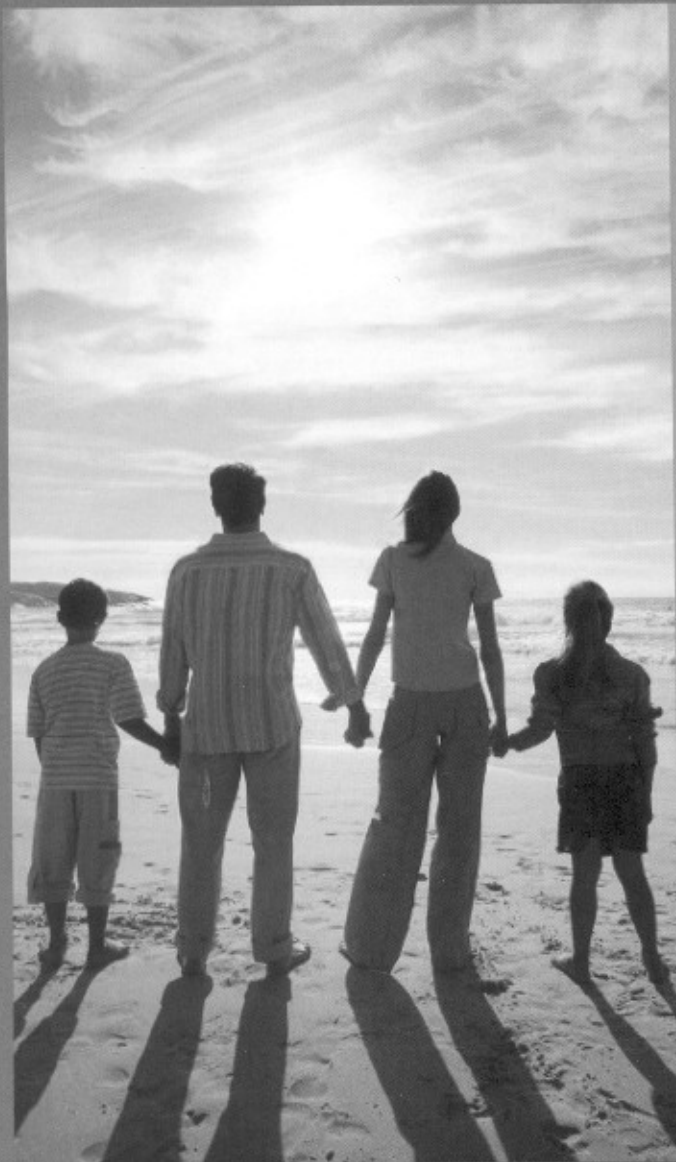
Imposto de exportação

- Não é qualquer registro no Sicomex que corresponde à expedição do documento equivalente à guia de exportação.

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

MARÇO/2010



EM FOCO

FAMÍLIA MOSAICO

A proteção dos filhos e o estreitamento das relações com seus genitores diante do novo conceito de família

LAÇOS DO CORAÇÃO

A família constitucional, sob um olhar da afetividade

Destaques

Sistema ONU de cooperação internacional

A captação de recurso externos pelos municípios brasileiros

Imposto de Exportação

Alteração de alíquota e competência da Câmara de Comércio Exterior em pauta

Participação nos Lucros e Resultados

Instituto em favor do trabalho ou do capital?

Rescisão contratual

Cláusula de arbitragem com foro nos EUA é nula



REPOSITÓRIO
DE

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)

TST

Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17-10-2007)

Sumário

DOUTRINAS

- A captação de recurso externos pelos municípios brasileiros no sistema ONU de cooperação internacional: o poder local e sua relevância mundial – **Edgard Marcelo Rocha Torres** 1
- Família constitucional, sob um olhar da afetividade – **Laura Affonso da Costa Levy** 19
- Participação nos lucros e resultados (PLR) – Instituto em favor do trabalho ou do capital? – **Maíra Neiva Gomes** 25

PANORAMA

- **Jurisprudência Comentada**
 - Família mosaico: A proteção dos filhos e o estreitamento das relações com seus genitores diante do novo conceito de família – **Janaína Rosa Guimarães**..... 36
- **Opinião**
 - Vítimas da ditadura e Comissão Nacional da Verdade – **Luiz Flávio Gomes**..... 39

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Ação civil *ex delicto* – Legitimidade ativa 40
- Imposto de Exportação – Alteração de alíquota e competência 41

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Cédula de crédito rural – Natureza jurídica 52
- Pátrio poder limitado – Alienação de bens de menor 53

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Enquadramento sindical – Operadora de *telemarketing* 61
- Rescisão de contrato – Cláusula de arbitragem 64

PUBLICAÇÃO MENSAL

Nº 4
ANO XXVI

2^{Ano}
2010

ABRIL

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O REGIME ESPECIAL DOS PRECATÓRIOS À LUZ DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62 (Flavio C. de Toledo Jr.)	401
A LEI GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL COMO INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA (Parte 2) (Raimundo Márcio Ribeiro Lima)	407
O DIÁLOGO CONCORRENCIAL (Andre Martins Bogossian)	432
TRIBUNAIS DE CONTAS E REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS): UMA RELAÇÃO MAIS DO QUE CONSTITUCIONAL (Sheyla Barreto Braga de Queiroz)	449
INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE – Recebimento Indevido – Passagem de Militar para Reserva Remunerada – Cálculo do Valor do Benefício – Inexistência de <i>Animus</i> de Mudança de Domicílio por Parte de Todos os Dependentes Considerados – Condenação em Débito – Multa – Aplicação, na Hipótese, da Lei nº 8.237/91, Atualmente Revogada (Tribunal de Contas da União)	458
EMPRESA PÚBLICA – Indústria de Material Bélico do Brasil – Falhas na Condução de Concursos Públicos – Não-Observância à Ordem de Classificação dos Candidatos Aprovados – Outras Graves Irregularidades Relacionadas aos Certames – Impacto na Gestão – Contas Irregulares de Alguns dos Responsáveis (Tribunal de Contas da União)	465
APOSENTADORIA – Magistrado – Cômputo do Tempo de Serviço Público – Atividades Prestadas em Empresa Pública e em Sociedade de Economia Mista de Qualquer Ente Federativo – Possibilidade – Exercício da Advocacia Como Profissional Autônomo – Não-Characterização Como Tempo de Serviço Público – Considerações (Tribunal de Contas da União)	479

JURISPRUDÊNCIA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Anulação de Atos Administrativos – Concessão de Benefícios Fiscais, Alegadamente Ilegítimos e Prejudiciais ao Patrimônio Público – Ministério Público – Legitimidade Ativa <i>ad Causam</i> – Possibilidade de Controle Incidental de Constitucionalidade	495
AGROTÓXICOS – Reciclagem de Embalagens Vazias – Concessão de Licença Ambiental – Exigência da Celebração de Termo de Compromisso com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) – Legalidade – Defesa do Meio Ambiente	499

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Agentes Políticos – Exclusão, pela Suprema Corte, do Âmbito da Lei nº 8.429/92 – Sujeição à Demanda por Crime de Responsabilidade – Conselheiro do Tribunal de Contas Estadual – Peculiaridades quanto à Conduta – Aplicação da Lei de Improbidade Administrativa – Incompetência do STJ para Conhecimento	503
EXPORTAÇÃO DE MADEIRA – Necessidade da Emissão de Selo Eletrônico – Conduta Omissiva da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Não-Ocorrência de Lançamento do Estoque do Empresário no Sistema – Abusividade e Ilegalidade – Ofensa ao Princípio da Eficiência	510
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Investigador de Polícia Civil – Pena de Demissão – Nulidade do Procedimento – Julgamento em Sessão Secreta – Ausência de Publicidade quanto ao Sorteio do Relator e da Data de Julgamento – Participação do Interessado Impedida – Violação ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	513
POLICIAL CIVIL – Regime Especial de Plantão – Pretensão Recebimento de Adicional Noturno – Inadmissibilidade – Considerações	518
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Prestação Inadequada de Serviços Médico-Hospitalares – Morte de Menor – Danos Materiais e Morais – Nexo Causal Caracterizado – Indenização Devida	525

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL



Boletim Científico

Escola Superior do Ministério Público da União

Ano 7 – Número 27 – abril/junho 2008
Brasília/DF

Seção I – Direitos Humanos

Políticas públicas da infância <i>Renato Barão Varalda</i>	11
Serviço militar obrigatório: uma reflexão sobre alguns aspectos (in)constitucionais <i>Soel Arpini</i>	45

Seção II – Interesses Difusos e Coletivos

Inconstitucionalidade do artigo 5º, II, da Lei n. 7.347/1985: afronta à unidade e indivisibilidade do Ministério Público <i>Anderson Lodetti Cunha de Oliveira</i>	79
Intervenção assistencial nas ações coletivas <i>Ronaldo Lima dos Santos</i>	105

Seção III – Direito Penal e Liberdades Constitucionais

Responsabilidade da União pela atuação do Ministério Público no âmbito criminal <i>Ludmila Tito Fudoli</i>	133
O Ministério Público e a legitimidade para investigar <i>Maira Véris Dellai Ferreira</i>	149

Seção IV – Ordem Pública e Relações Jurídicas Privadas

Regime constitucional de propriedade das ilhas oceânicas e costeiras <i>João Trindade Cavalcante Filho</i>	185
---	-----

Seção V – Temas Atuais

O Ministério Público como o novo tribunato <i>Alexandre Assunção e Silva</i>	203
---	-----

Controle de políticas públicas na Justiça do Trabalho <i>Manoel Jorge e Silva Neto</i>	243
Bases filosóficas e doutrinárias da Justiça Militar <i>Jorge César de Assis</i>	269
Reforma política: o reflexo das aspirações sociais e o sistema de listas <i>Alceu José Cicco Filho</i>	305

Revista
Bonijuris
ABRIL/10

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXXII

Furto ou Roubo de Veículo em Estacionamento
- Caso Fortuito - Inocorrência (STJ)

Contrato de Locação - Concessão de Moratória
ao Locatário - Anuência do Feador (STJ)

Venda Mediante Dolo - Fato Superveniente
- Informação Trazida ao Juiz por Terceiro (STJ)

Crime de Ação Penal Pública - Recurso Especial
- Falta de Preparo - Deserção (STF)

Cartão Ponto - Horários Invariáveis
- Invalidez como Prova - Hora Extra (TST)

Conselho Regional de Contabilidade
- Defesa de Direito Coletivo (TRF/4a. Reg.)

Imposto Territorial Rural - Decretação de
Calamidade Pública - Benefício Fiscal (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LV

Decreto nº 7.129/10 - Energia Elétrica
- Comercialização - Concessão e
Autorização de Geração

Lei nº 12.217/10 - Código de Trânsito Brasileiro
- Aprendizagem Noturna - Obrigatoriedade

DOCTRINA

**O CRESCIMENTO E A REDUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
- A PERMANÊNCIA DA CRISE FISCAL**

Cláudia Maria Borges Costa Pinto
Pág. V

**ALTERIDADE, CRIMINOLOGIA E POLÍTICA DE DROGAS
BRASILEIRA**

Raccius Potter
Pág. XI

**A PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE PUNIR DEVE SER ANOTADA
NOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS DO SERVIDOR PÚBLICO?
A INTERPRETAÇÃO DO ART. 170 DA LEI FEDERAL N. 8.112/90**

Antonio Carlos Alencar Carvalho
Pág. XV

NOVO (NOVO?) CONCEITO DE SENTENÇA

Fábio Cenci
Paola M. Casagrande Marchi
Pág. XXI

**A NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA: ASPECTOS
PROTECIONISTAS**

Zênia Cernov
Pág. XXVIII

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho
Antonio Carlos Faccioli Chedid
Carlos Alberto Silveira Lenzi
Carlos Roberto Ribas Santiago
Clèmerson Merlin Clève
Edésio Franco Passos
Hélio de Melo Mosimann
Humberto D'Ávila Rufino
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
João Casillo
João Oreste Dalazen
Joel Dias Figueira Júnior
Manoel Antonio Teixeira Filho
Manoel Caetano Ferreira Filho
Maximiliano Nagl Garcez
Rolf Koerner Júnior
Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
Carlos Oswaldo M. Andrade
Eduardo Cambi
Elionora Harumi Takeshiro
Geison de Oliveira Rodrigues
Geraldo Vaz da Silva
José Lúcio Glomb
Joseph Ernst Gardemann Filho
Luciano Augusto de Toledo Coelho
Luiz Carlos da Rocha
Luiz Salvador
Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
Paula Tiemi Toyofuku
Rafael Cessetti
Rogério Distéfano
Roland Hasson
Sérgio de Aragon Ferreira
Solange Roessle
Yoshihiro Miyamura

DOCTRINA

O Crescimento e a Redução do Estado Brasileiro - A Permanência da Crise Fiscal 05
Cláudia Maria Borges Costa Pinto

Alteridade, Criminologia e Política de Drogas Brasileira 11
Raccius Potter

A Prescrição do Direito de Punir Deve ser Anotada nos Assentamentos Funcionais do Servidor Público? A Interpretação do Art. 170 da Lei Federal n. 8.112/90 15
Antonio Carlos Alencar Carvalho

Novo (Novo?) Conceito de Sentença 21
Fábio Cenci
Paola M. Casagrande Marchi

A Nova Lei do Mandado de Segurança: Aspectos Protecionistas 28
Zênia Cernov

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Contrato Bancário - Responsabilidade do Devedor pela Comissão de Permanência (STJ) .. 29

INTEIRO TEOR

Furto ou Roubo de Veículo em Estacionamento - Caso Fortuito - Inocorrência (STJ) 32

Contrato de Locação - Concessão de Moratória ao Locatário - Anuência do Feador (STJ) .. 34

Venda Mediante Dolo - Fato Superveniente - Informação Trazida ao Juiz por Terceiro (STJ). 36

Crime de Ação Penal Pública - Recurso Especial - Falta de Preparo - Deserção (STF) 38

Cartão Ponto - Horários Invariáveis - Invalidez como Prova - Hora Extra (TST) 41

Conselho Regional de Contabilidade - Defesa de Direito Coletivo (TRF/4a. Reg.) 42

Imposto Territorial Rural - Decretação de Calamidade Pública - Benefício Fiscal (STJ) . 43

EMENTÁRIO

Civil - Comercial 45

Imobiliário 46

Processo Civil 47

Penal - Processo Penal 49

Trabalhista - Previdenciário 50

Administrativo - Constitucional 52

Tributário 53

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 7.129/10 - Energia Elétrica - Comercialização - Concessão e Autorização de Geração 55

Lei nº 12.217/10 - Código de Trânsito Brasileiro - Aprendizagem Noturna - Obrigatoriedade 55

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Crítica ao Novo Posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4a. Região Quanto à Contribuição ao INCRA 56
Rafael da Rocha Guazelli de Jesus

EVENTOS/NOTÍCIAS 58

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
STF Nº 34/2003
STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris

ISSN 1809-3256

Qualis C – Capes

Ano XXII - Nº 557

Edição Mensal - Abril/10

Editor

Jornalista Arnoldo Anater

(in memoriam)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR

www.bonijuris.com.br

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Suporte Técnico

Fone: (41) 3233-7548 - www.novacorp.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - juridico@bonijuris.com.br

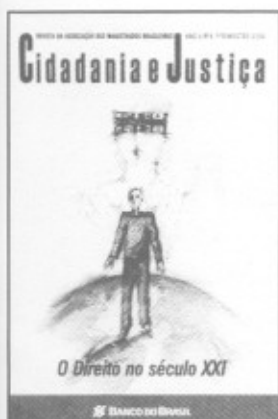
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

ANO 4/Nº 8-1º SEMESTRE/2000

Cidadania e Justiça



O Direito no século XXI 2000



Capa: *O Direito no século XXI*

Ilustração: Margit M. Melchiors

Apresentação	5
<i>Luis Felipe Salomão</i>	
O futuro da Justiça: alguns mitos	6
<i>José Carlos Barbosa Moreira</i>	
Princípios gerais do direito, direito à vida e dívida externa	16
<i>Pierangelo Catalano</i>	
Direito Internacional e globalização	27
<i>Ana Flávia Barros-Platiau e Ancelmo César Lins de Góis</i>	
O contrato: passado, presente e futuro	43
<i>Arnoldo Wald</i>	
O Processo Civil no limiar de um novo século	50
<i>E. D. Moniz de Aragão</i>	

e mais...

O juiz independente no Estado Democrático/Cláudio Baldino Maciel	67
Crimes de responsabilidade de magistrados/Miguel Reale Júnior	74
Democratização do Poder Judiciário/Richard Manso	88
O Poder Judiciário no Brasil e em Portugal: reflexões e perspectivas/	95
<i>Mônica Jacqueline Sifuentes</i>	
Aspectos destacados do Poder Judiciário norte-americano/Alexandre Morais da Rosa	113
Teoria geral dos conceitos legais indeterminados/José Alfredo de Oliveira Baracho	121
O habeas-data no sistema jurídico brasileiro/Dalmo de Abreu Dallari	134
A consolidação da personalidade judiciária dos Poderes Judiciário e Legislativo/	149
<i>Fernando Guimarães Ferreira</i>	
O regime previdenciário do servidor público à luz da Emenda Constitucional nº 20/98/	160
<i>Helio Saul Mileski</i>	
O poder sobre a informação: as CPIs e suas limitações/João Carlos Mayer Soares	176
A derrogação dos artigos 20 e 21 do CPC pelo novo Estatuto da OAB/	193
<i>Anselmo Gonçalves da Silva</i>	
A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos/	198
<i>Roberto Portugal Bacellar</i>	
As instituições financeiras no Direito pátrio/Leonardo Henrique Mundim Moraes Oliveira	212
Juizado Especial Criminal/Honildo Amaral de Mello Castro	223
Monopólio da violência e pacificação no Brasil: reflexões sobre a violência policial/	235
<i>Benoni Belli</i>	
Juizados especiais trabalhistas/Benedito Calheiros Bomfim	251
Resenha:	
Livro: A judicialização da política e das relações sociais no Brasil/Ana Maria Pereira de Oliveira	254
Destaque:	
Reforma entre aspas: um desfecho melancólico/Gustavo Tadeu Alkmim e Reginaldo Melhado	256

ANO 7/Nº 13 - 1º Semestre de 2004

REVISTA DA

AMB

ASSOCIAÇÃO DOS
MAGISTRADOS
BRASILEIROS

cidadania e

justiça

Sumário

O poder judiciário no regime democrático	7
<i>Fábio Konder Comparato</i>	
Os Valores recomendados pelo Banco Mundial para os judiciários nacionais	17
<i>Ana Paula Lucena Silva Candéas</i>	
A reforma trabalhista	41
<i>Grijalbo Fernandes Coutinho</i>	
Independencia del poder judicial	47
<i>Luis Lezcano Claude</i>	
A justiça na américa latina e os objetivos da flam	73
<i>Guinther Spode</i>	
A conferência de durban contra o racismo e a responsabilidade de todos	79
<i>J. A. Lindgren Alves</i>	
Perfeccionismo e o princípio do respeito universal	103
<i>Maria Clara Dias</i>	
A evolução do estado: da teocracia ao neoliberalismo	113
<i>José Vidal de Freitas Filho</i>	
O formalismo jurídico e o mito da neutralidade estrita	139
<i>Ana Karena Nobre</i>	
Judicialização dos conflitos familiares	153
<i>Mônica Sifuentes</i>	
O crime de roubo seguido do crime de resistência: absorção ou desígnios autônomos?	157
<i>Renato Flávio Marcão e Flávio Augusto Maretti Siqueira</i>	
A inclusão social da pessoa com deficiência e o papel da terapia ocupacional	165
<i>Celina Camargo Bartalotti</i>	
Arquivo Público: um segredo bem guardado?	175
<i>Ana Paula Mendes de Miranda</i>	
<hr/>	
Trabalho Escravo: quem é o escravo, quem escraviza e o que liberta	187
<i>Jorge Antonio Ramos Vieira</i>	
Princípio da autonomia administrativa e financeira do Judiciário e a lei de responsabilidade fiscal	195
<i>Luis Felipe Salomão</i>	
Ong's e o judiciário: parceria possível	209
<i>Viviane senna</i>	
Princípio constitucional da autonomia administrativa e Financeira do poder judiciário e a lei de responsabilidade fiscal	213
<i>Romano José Enzweiler</i>	



*Justiça &
História*

Vol. 6 – nº 12

2006

SUMÁRIO

EDITORIAL	11
Artigos	
A LEI, O TEMPO E O DIREITO: UMA ABORDAGEM DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA CONSTITUCIONAL (The law, the time and the right: a constitutional historical evolution's boarding) – Patricia Noll	15
A SOLUÇÃO DAS ANTINOMIAS JURÍDICAS APARENTES INSERIDAS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS (The solution of law's antinomies in process of norms consolidation) – Bruno José Ricci Boaventura	38
A JUSTIÇA E O JÚRI OITOCENTISTAS NO BRASIL (Justice and Jury in the nineteenth century in Brazil) – Adriana Pereira Campos e Viviani Dal Piero Betzel	66
PRECONCEITO RELIGIOSO: UM DESAFIO À LIBERDADE RELIGIOSA, INCLUSIVE EXPRESSIVA (Religious prejudice: a challenge to the freedom of religion, including expressive behavior) – Priscila Formigheri Feldens	101
UMA LEI PARA INGLÊS VER: A TRAJETÓRIA DA LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831 (A law made to deceive great britain: the trajectory of the law of november 7, 1831) – Argemiro Eloy Gurgel	128

Conferências

O BRASIL VIVE UMA CRISE ÉTICA? – Palestras proferidas no Painel Retratos do Judiciário, na 52ª Feira do Livro de Porto Alegre – Ruy Rosado de Aguiar Júnior e Vasco Della Giustina 166

BENTO MANOEL RIBEIRO, HERÓI, VIRA-CASACA OU...? – Palestra proferida no Painel Outros Olhares sobre a Revolução Farroupilha – Tupinambá Miguel Castro do Nascimento..... 174

100 ANOS DEPOIS: UM OLHAR SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA – Palestra proferida no Painel Outros Olhares sobre a Revolução Farroupilha – Luciano Aronne de Abreu 182

AS MULHERES NO COTIDIANO DO RIO GRANDE DO SUL FARROUPILHA – Palestra proferida no Painel Outros Olhares sobre a Revolução Farroupilha – Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos..... 199

Seção Especial

A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA NA VILA DO RIO GRANDE: UM ENFOQUE SOBRE A ATIVIDADE JUDICIÁRIA E RELIGIOSA – Artigo vencedor do Concurso de Artigos Acadêmicos do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul – Virgilina Edi Gularte dos Santos Fidelis de Palma 215



*Justiça &
História*

Vol. 7 – nº 13

2007

SUMÁRIO

EDITORIAL	11
Artigos	
CORONELISMO NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL (1903–1928) (Coronelism in colonial italian region of Rio Grande do Sul (1903–1928) – Márcio Alex Cordeiro Biavaschi.....	15
UM LITÍGIO TUMULTUOSO DO FIM DO SÉCULO 19: A QUESTÃO TELLES (A tumultuous dispute at the end of the 19th century: Telles Issue) – Sérgio da Costa Franco.....	49
DA CARIDADE AO DIREITO: UM PANORAMA DA PRÁTICA DE ABANDONO NO BRASIL (From charity to law: a view of the practice of abandonment in Brazil) – Luciana de Castro Álvares.....	59
O PAPEL DO ESTADO FRENTE À DELINQUÊNCIA DE MENORES EM PORTO ALEGRE (1927–1933) (The role of the State front delinquency of minors in Porto Alegre (1927–1933) – Ana Paula Zanella	71
UMA HIPÓTESE SOBRE A POSSÍVEL ORIGEM DA AÇÃO DECENDIÁRIA OU DE ASSINAÇÃO DE DEZ DIAS NAS ORDENAÇÕES MANUELINAS (A hypothesis about a possible	

origin of the “ação decendiária” or “ação de assinação de dez dias” in the Manuelinas Ordinances) – Fernando Mil Homens Moreira 127

PÁTRIO PODER E PODER ESTATAL NA ROMA DAS XII TÁBUAS (Paternal power and state power in Rome of the XII Tables) – Moisés Antigueira 153

ESTUDO SOBRE O BLOCO CONSTITUCIONAL DA ANTIGA URSS (An essay about the constitutional bloc of the former USSR) – Sérgio Augusto Pereira de Borja 175

Painel

RETRATOS DO JUDICIÁRIO – MAIORIDADE PENAL: UM DEBATE QUE SE FAZ NECESSÁRIO – João Batista Costa Saraiva, Tupinambá Pinto de Azevedo, Vera Lúcia Deboni 233

Sessão Especial

SILÊNCIOS, GRITOS E MURMÚRIOS: OS PROCESSOS-CRIME COMO FONTE HISTÓRICA – Artigo finalista do Concurso de Artigos Acadêmicos do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul – Lucas Petry Bender 261

Revista BRASILEIRA DE Ciências Criminais

Ano 18 • n. 82 • jan.-fev. / 2010

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DIREITO PENAL

1. A inconstitucionalidade da nova tipificação do crime de “sequestro relâmpago”
CEZAR ROBERTO BITENCOURT 7
2. Reflexões sobre a construção sistemática do direito penal
CLAUS ROXIN 24
3. Modelos de distribuição da normativa penal: o papel do Código e dos subsistemas penais
FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA 48
4. Dogmática del hecho punible, principio de igualdad y justificación de segmentos de pena
JOSÉ MILTON PERALTA 88
5. O bem jurídico nos crimes contra o Mercado de Capitais
LEONARDO ALONSO 129
6. Tem futuro a teoria do bem jurídico? Reflexões a partir da decisão do Tribunal Constitucional Alemão a respeito do crime de incesto (§ 173 *Strafgesetzbuch*)
LUÍS GRECO 165

II. PROCESSO PENAL

1. A produção da prova por videoconferência
CAROLINA DZIMIDAS HABER 187
2. A investigação criminal como meio de prova no crime de homicídio
MARCOS CARNEIRO LIMA 221

III. CRIME E SOCIEDADE

1. La criminalización de la pobreza y la expansión de la población carcelaria
ANA ISABEL PÉREZ CEPEDA 257

2.	Reincidência: uma perspectiva crítica de um instituto criminógeno	
	GABRIEL VIEIRA BERLA	295
3.	Tédio, crime e criminologia: um convite à criminologia cultural	
	JEFF FERRELL	339
IV. SISTEMA PRISIONAL		
1.	Liberdade religiosa e prisão	
	JOSÉ DE JESUS FILHO	361
V. SEÇÃO ESPECIAL: MANIFESTO		
1.	Manifesto sobre la política criminal europea. European Criminal Policy Initiative	
	HELMUT SATZGER E KAI AMBOS	389
VI. O DIREITO EM AÇÃO		
1.	Ementário de jurisprudência	
	ADRIANO GALVÃO DIAS RESENDE, ANDRÉ ADRIANO DO NASCIMENTO DA SILVA E LUCAS CLEMENTE GUIMARÃES DIAZ	415
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		
	AUTORES	427
	TEMAS	428
IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010.....		431
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....		433

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RBDP



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 8	n. 28	p. 1-258	jan./mar. 2010
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Anistia, tortura e terrorismo de Estado: segurança jurídica e direitos humanos Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior	9
I Antecedentes: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a proposta de nova interpretação à Lei nº 6.683, de 1979 – Lei de Anistia	9
II Abrangência subjetiva da norma: do enquadramento dos crimes dos agentes do Estado no escopo da Lei de Anistia	10
III Da irretroatividade da lei penal, ou da interpretação da lei penal, que prejudica o réu	16
IV Da repressão institucionalizada no Brasil no período da ditadura: a responsabilidade objetiva do Estado brasileiro e a impossibilidade jurídica da ação regressiva contra os agentes públicos.....	21
V Suposta antinomia entre tratados internacionais e ordenamento constitucional e infraconstitucional brasileiro: da prevalência da anistia aos agentes do Estado	29
VI Da prescrição dos crimes cometidos	32
VII Da interpretação histórica, teleológica e autêntica da norma: transição política possível, segurança jurídica e retorno ao trilho democrático	38
VIII Do caráter extemporâneo do debate: o descolamento do tema da agenda atual do país	42
IX Olhos postos no futuro: o “direito à memória e à verdade” das novas gerações, respeitados os direitos constitucionais à imagem, à privacidade, e à segurança da sociedade e do Estado como meio de impedir qualquer ruptura democrática	45
Neoconstitucionalismo e políticas públicas: os desafios do Poder Judiciário para a concretização das normas constitucionais Claudinei J. Göttems, Rodrigo Lanzi de Moraes Borges	49
Introdução.....	49
1 A Constituição como norma jurídica	51
2 O movimento neoconstitucionalista	55
3 Políticas públicas e a efetividade da Constituição	58
Conclusões	65
Referências	67
Riscos em projetos de infraestrutura: incompletude contratual; concessões de serviço público e PPPs Marcos Nóbrega	69
1 Introdução.....	70
2 Definição de risco	71
3 Fontes de risco.....	73
4 Obstáculos para a tomada de decisões.....	75
5 Fases dos projetos de infraestrutura e risco.....	77
6 Alocação da exposição ao risco	78
7 Alocação de riscos para o governo	79
8 Conclusões	88
Referências	91

Contratos administrativos e a aplicabilidade de Lei de Arbitragem	
Edison Eduardo Borgo Reinert	93
1	Exposição de motivos e delimitação do tema abordado..... 93
1.1	O Direito Administrativo brasileiro..... 93
1.1.1	A reforma administrativa..... 93
1.2	O Brasil e a Lei de Arbitragem..... 96
2	Os contratos administrativos e sua arbitrabilidade..... 97
2.1	Arbitrabilidade objetiva. A questão dos direitos disponíveis e indisponíveis..... 99
2.2	A arbitrabilidade objetiva das diferenças envolvendo a Administração Pública..... 101
2.2.1	A questão da indisponibilidade do interesse público — A supremacia do interesse público sobre o privado..... 104
2.3	A arbitrabilidade subjetiva das diferenças envolvendo a Administração Pública..... 106
2.4	O princípio da legalidade — A necessidade de autorização legislativa..... 108
2.5	Os princípios da moralidade e da boa-fé nas relações negociais da Administração Pública..... 110
3	Conclusão..... 112

A dignidade da pessoa humana como *substratum* dos direitos fundamentais: aos direitos sociais cabe a proteção do artigo 60, §4º, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil?

Thiago Allisson Cardoso de Jesus	113
Considerações iniciais.....	113
A dignidade da pessoa humana como conteúdo dos direitos fundamentais.....	115
Pela extensão da proteção prevista no artigo 60, §4º, IV, da Constituição de 1988 aos direitos sociais.....	122
Considerações finais.....	125
Referências.....	127

Contratos administrativos de obras e o problema de sua alteração

Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pinto de Campos	129
1	Introdução..... 129
2	As alterações dos contratos de empreitada por preço unitário decorrentes de ajustes no projeto básico: tipos, características e consequências da categorização..... 130
2.1	Síntese do ponto..... 135
3	A metodologia de execução nas licitações de alta complexidade técnica do tipo menor preço..... 136
3.1	Síntese do ponto..... 140
	Referências..... 141

Os regulamentos de organização no direito brasileiro e os decretos autônomos de extinção de cargos públicos vagos: uma distinção necessária

Paulo Modesto	143
1	Legalidade e segurança jurídica: regulamentos de organização e princípio da juridicidade..... 143
2	Limites objetivos e subjetivos dos regulamentos de organização..... 145
3	A situação peculiar dos decretos de extinção de cargos vagos..... 152
4	A insuficiência do princípio da legalidade na análise de legitimidade dos regulamentos de organização e dos decretos de extinção de cargos vagos..... 153

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdão na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADPF – ECT – Privilégio – Serviço postal – Controvérsia – LF nº 6.538/78 – Previsão de sanções – Violação do privilégio postal – Compatibilidade constitucional – Violação dos princípios da livre concorrência e livre iniciativa – Não caracterização – Improcedente. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 46-7/DF..... 159

Índice 253

Instruções para os autores 257

revista da **Amatra VI**

Publicação da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região - AMATRA VI

SUAPE

Impactos invisíveis dos novos empreendimentos

Aumento do contingente de trabalhadores repercute
no volume e especificidade dos processos trabalhistas

CULTURA

**O samba invade
a capital do frevo**

DIREITOS HUMANOS

**Trabalho escravo ainda é
tema de debates atuais**

Sumário

DIRETORIA:

Presidente: Virgínia Lúcia de Sá Bahia

1º Vice: Hugo Cavalcanti Melo Filho

2º Vice: Edmilson Alves da Silva

Diretoria Cultural: Kátia Keitiane da Rocha Porter

Diretoria Legislativa: Renata Conceição Nóbrega Santos

Diretoria Social: Maria do Carmo Varejão Richlin

Secretaria: Marília Gabriela Mendes Leite de Andrade

Tesouraria: Lucas de Araújo Cavalcanti

CONSELHO FISCAL:

Titulares:

Gustavo Augusto Pires de Oliveira

Ilka Eliane de Souza Tavares

José Adelmy da Silva Acioli

Suplentes:

Patrícia Coelho Brandão Vieira

Necy Lapenda Pessoa de Albuquerque

Azevedo

Ana Cristina da Silva Ferreira Lima

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS:

Titulares:

Ibrahim Alves da Silva Filho

Aline Pimentel Gonçalves

Saulo Bosco Souza de Medeiros

Suplentes:

Ivanildo da Cunha Andrade

Ana Maria Schuler Gomes

Sergio Vaisman

EXPEDIENTE:

Publicação da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Sexta Região - AMATRA VI

Endereço: Avenida Agamenon Magalhães, 2656 - s/1301 - Espinheiro - Recife - PE
CEP: 52020-000 - Fone: (81) 3427.3416
www.amatra6.com.br

Projeto Editorial/ Textos e Edição:
Diálogo Comunicação e Marketing
dialogo@dialogocm.com.br

Jornalistas Responsáveis:
Márcia Guenes (DRT/PE 1.637)
Renata Reynaldo (DRT/PE 1.902)

Revisão: Laura Cortizo

Projeto Gráfico e Diagramação:
Bruno de Souza Leão

Foto da Capa: Renata Victor/Agência Renata Victor

Impressão: MXM Gráfica

Editorial 02

Entrevista 03
Laís Abramo

Capa 05

Novos empreendimentos impactam a JT

Saúde 10

Solidão na hora de decidir também causa estresse

Comportamento 12

Casas resistem à especulação que devora o Recife

Literatura 15

Festivais redimensionam valor das letras no Estado

Turismo 16

Serra Negra conquista com naturalidade e requinte

Opinião 18

O Haiti e a inversão ideológica dos direitos humanos

Prateleira 22

Cultura 23

Terra do Frevo se rende aos encantos do samba

Data Venia 26

Prevalência do negociado sobre o Legislado

Artigo 30

Resistência ao trabalho escravo em Pernambuco

Ponto de Vista 33

Especial/XIX Encontro Regional 34
Sem o abolicionista e sem abolição

Especial/XIX Encontro Regional 36
Encontro reforça atualidade da luta de Joaquim Nabuco

Especial/XIX Encontro Regional 37
Desafio é restabelecer igualdades de desiguais

Especial/XIX Encontro Regional 38
Falta de regulação favorece desrespeito

Especial/XIX Encontro Regional 39
Discurso jurídico à luz da Linguística e da Psicanálise

Especial/XIX Encontro Regional 40
Metas vão melhorar gestão dos Tribunais

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

DIREITO MILITAR

ISSN 1981-3414

ANO XII - NÚMERO 81 - JANEIRO/FEVEREIRO 2010





AMAJME

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS
JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME
CNPJ: 65.137.044/0001-03

Declarada de Utilidade Pública Federal
Decreto de 9 de julho de 1997
(D.O.U nº 130,10/07/97)

Presidente: Getúlio Corrêa (SC);

Vice-Presidentes Regionais:

Centro-Oeste, Alexandre Antunes
da Silva (MS);

Nordeste, Ricardo Vital de Almeida (PB);

Norte, José Roberto P.M.Bezerra Jr (PA);

Sudeste, Jadir Silva (MG); e

Sul, Francisco José de Moura Muller (RS).

Secretário Executivo – Zildo Luiz de Souza

Sede atual:

Av. Osmar Cunha, 183 Ed. Ceisa Center,
Sala 1109, Centro, Florianópolis/SC,
CEP 88015-100 - Telefone (0XX 48 3224.3488
e Fax 3224.3491)

www.amajme-sc.com.br

amajme@amajme-sc.com.br e amajme@uol.com.br

PERIODICIDADE

Bimestral

PROJETO GRÁFICO

Consenso Editora

DISTRIBUIÇÃO

Magistrados Estaduais e Federais, Militares
Estaduais e Federais, Membros do Ministério
Público, Advogados, Órgãos Públicos,
Entidades de Classe, Faculdades de Direito
e Meios de Comunicação.

CAPA

Coleções encadernadas da Revista
Direito Militar, arquivadas na sede da entidade.

Os artigos assinados são de responsabilidade
de seus autores. É permitida a reprodução
desde que citada a fonte.

NESTA EDIÇÃO

ENTREVISTA

Nosso entrevistado é o Exmo Sr. Dr. **Edmundo Franca de
Oliveira**, Presidente da AMAJUM – Associação dos
Magistrados da Justiça Militar da União.... 3

O JUIZ DE [DAS] GARANTIAS PROJETADO PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Luiz Flávio Gomes 7

A DESERÇÃO NA MARINHA MERCANTE

Luiz Carlos Couto 10

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E TUTELA COLETIVA: LEGITIMIDADE PARA O USO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Emerson Garcia 16

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA ÁREA JURÍDICA MILITAR

Luciano Moreira Gorrihas 23

A DECISÃO DA CORTE SUPREMA EM TORNO DO CASO ARIZA DEVE SER RESPEITADA

Carlos Enrique Mesa Angosto 29

A CULPA TEMERÁRIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO

Selma Pereira de Santana 31

ACESSO AO STF NOS CASOS DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Jorge Cesar de Assis 35

ISSN 1981-822X

HUMANITAS ET MILITARIS

Nº 5 - DEZEMBRO/2009

Associação Internacional das Justiças Militares - AIJM

Fundada em 02 de dezembro de 2003



SUMARIO / SUMMARY

EDITORIAL	5
AFINIDADES ENTRE EL DERECHO INTERNACIONAL HUMANITARIO (DIH) CON EL DERECHO Andrés Humberto Zaracho	15
JURISPRUDENCIA DEL TRIBUNAL EUROPEO DE DERECHO HUMANOS SOBRE LAS JURISDICCIONES MILITARES José Antonio Pastor Ridruejo	21
FUERZAS INTERNACIONALES EN MISIONES DE MANTENIMIENTO DE LA PAZ. PROBLEMÁTICA: RÉGIMEN LEGAL Y DISCIPLINARIO. ESTATUTO DEL PERSONAL. CONTRATACIÓN. Begoña Aramendia Rodríguez de Austria	25
DERECHO INTERNACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS Y JURISDICCION MILITAR LAS NORMAS IMPUESTAS POR LOS SISTEMAS MUNDIAL Y REGIONALES DE PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS Kathia Martin-Chenut	34
EFFECTOS DEL LOS TRATADOS Y EFICACIA DE LAS SENTENCIAS INTERNACIONALES EN EL ÁMBITO INTERNO <i>Una visión singular: el derecho de la Unión Europea</i> Joaquín Huelin Martínez de Velasco	44
ESTATUTO JURIDICO DE LAS EMPRESAS PRIVADAS MILITARES Y DE SEGURIDAD EN LOS CONFLICTOS ARMADOS ACTUALES José Luis Rodríguez-Villasante y Prieto	54
RECONOCIMIENTO DE RESOLUCIONES EXTRANJERAS José María Bento Company	58
PODER JUDICIÁRIO E JURISDIÇÃO MILITAR. MODELOS DE RELAÇÃO E ORGANIZACIONAIS Marcos Augusto Leal Azevedo	65

■	PRIVATIZACIÓN DE LA GUERRA	
	Renato Nuño Luco	70
■	LA SENTENCIA DEL TEDH DACOSTA SILVA c. ESPAÑA	
	Santiago Ripol Carulla	84
■	FUERZA MILITAR Y CONSTITUCIÓN EN EL PERÚ	
	Sobre las reglas para el uso de la Fuerza y un análisis acerca de su constitucionalidad	
	Christian Donayre Montesinos	93

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 10	n. 39	p. 1-256	jan./mar. 2010
--	----------------	--------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

La discrecionalidad administrativa y su control judicial

Claudio Martín Viale	13
I Proemio.....	13
II Cuestiones a tratar.....	15
A) El derecho público y el derecho privado	15
B) Actividad reglada y actividad discrecional	18
C) Desviación de Poder.....	22
III Conclusiones	24
Referencias	24

A necessidade de defesa técnica no processo administrativo disciplinar e a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5 do STF

Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem	27
1 Introdução.....	28
2 Processo administrativo disciplinar, núcleo constitucional comum de processualidade e o direito fundamental à ampla defesa	29
3 A defesa técnica como desdobramento da ampla defesa e a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5 do STF	35
3.1 Vícios formais de inconstitucionalidade	36
3.2 Inconstitucionalidade material dos fundamentos utilizados para a edição da súmula.....	39
3.2.1 Desnecessidade de defesa técnica diante da garantia dos direitos de informação, de comunicação e de ver seus argumentos considerados.....	40
3.2.2 Necessidade de defesa técnica apenas se a complexidade da questão tornar o acusado inapto para exercer a autodefesa	41
3.2.3 Indispensabilidade do advogado apenas à administração da justiça, assim considerada somente a função jurisdicional (art. 133 da CF).....	42
3.2.4 A exigência de defesa técnica significaria uma defesa transbordante.....	43
3.2.5 A obrigatoriedade de defesa técnica importaria asoerberamento da Defensoria Pública.....	47
3.2.6 O exercício do contraditório é facultativo ao acusado, tal como no processo civil... 52	
3.2.7 A necessidade de defesa técnica no processo penal justifica-se por se tratar de direito indisponível.....	56
3.2.8 É facultativa a nomeação de procurador, que não precisa ser advogado (art. 156 da Lei nº 8.112/90).....	59
4 Conclusões	61
Referências	63

El lenguaje entre tiempo y norma	
Alessia Magliacane	65
Presentación	66
Rigidez y flexibilidad del derecho y de la norma jurídica para los modelos de transición constitucional	67
Disgresión metodológica I: tiempo y transformación en algunos análisis de la norma	75
La estructura del modelo normativo-ordinamental en el análisis de Otto Pfersmann	82
Disgresión metodológica II: uso del lenguaje y reglas del juego jurídico	86
Nombres, sentido, fantasma: fenomenologías de la norma	94
Evolución del modelo I: el principio de causalidad metonímica	101
Evolución del modelo II: teoría constitucional y rigidez semántica	108
Conclusiones: el concepto de dominancia en el espacio y en el tiempo	108

Judicialização da política: um fenômeno jurídico ou político?

Estefânia Maria de Queiroz Barboza	113
Introdução	113
1 Judicialização da política	114
2 Teoria da autorrestrrição judicial	118
3 A judicialização da política enquanto um fenômeno político	123
4 Considerações finais	125
Referências	126

O guardião da Constituição: debate entre Carl Schmitt e Hans Kelsen

Fabiano Ferreira Furlan	127
1 Introdução	127
2 Apontamentos sobre a biografia de Carl Schmitt	128
3 Apontamentos sobre a biografia de Hans Kelsen	129
4 A visão de Schmitt	130
4.1 Compreensão de guardião da Constituição para Schmitt	130
4.2 Motivos que levaram Schmitt a escolher o Presidente do <i>Reich</i> como o guardião da Constituição	131
4.3 Tribunal Constitucional como guardião na visão de Schmitt	132
5 A visão de Kelsen	134
5.1 Compreensão de guardião da Constituição para Kelsen	134
6 O debate entre Schmitt e Kelsen	135
6.1 Os argumentos de Schmitt	135
6.2 Os argumentos de Kelsen	136
7 Peculiaridades do debate travado	138
8 Conclusões	144
Referências	145

A crise financeira e o papel do Estado: uma análise jurídica a partir do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e do serviço público

André Luiz Freire	147
1 Introdução	147
2 O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	149

2.1	Considerações iniciais.....	149
2.2	O conceito jurídico de interesse público	149
2.3	A supremacia do interesse público sobre o privado.....	151
2.4	Estado contratual, <i>soft law</i> e supremacia do interesse público	153
3	O serviço público e o papel do Estado	155
3.1	Serviço público e modelo de Estado	155
3.2	O direito administrativo brasileiro e o serviço público	156
3.3	Serviço público, atividade econômica e o papel do Estado	158
4	Conclusão.....	160
	Referências	161

Breves apontamentos sobre a aplicabilidade restrita do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de transporte coletivo municipal de passageiros

Alexandre Bley R. Bonfim	163
Introdução	163
O Código de Defesa do Consumidor e as suas bases principiológicas	164
A Administração como prestadora de serviços públicos	166
A concessão de serviços públicos.....	170
O transporte coletivo municipal de passageiros	172
O caso de Curitiba.....	173
A necessária distinção entre usuário de serviço público e consumidor	174
A aplicabilidade restrita do Código de Defesa do Consumidor aos usuários de transporte coletivo municipal	178
Conclusões.....	180
Referências.....	181

Sociedades em conta de participação e as licitações envolvendo concessões de transporte coletivo – Riscos e possibilidades

Carlos Henrique de Mattos Sabino	183
1 Introdução.....	183
2 Das Sociedades em conta de participação	184
2.1 Conceito	184
2.2 Histórico	185
2.3 Natureza jurídica.....	186
2.4 Demais características	187
3 Dos riscos e possibilidades de “atuação” das sociedades em conta de participação em licitações envolvendo concessões de transporte coletivo	189
4 Conclusão.....	195
Referências	196

Serviços públicos concedidos: perspectivas remuneratórias para a ampliação do acesso

Fernanda Schuhli Bourges	197
Introdução.....	197
1 Serviço público e prestação por intermédio da concessão	198
2 Acesso ao serviço público concedido.....	202

3	Remuneração na concessão de serviços públicos: fator construtivo para a ampliação do acesso.....	205
	Considerações finais.....	219
	Referências	220

O princípio da pessoalidade da pena, a incorporação societária e o Direito Administrativo Sancionador

José Luciano Jost de Moraes	229	
1	Introdução.....	229
2	O princípio da pessoalidade da pena.....	231
3	A utilização analógica do art. 107, I, do Código Penal	238
4	Conclusão.....	244
	Referências	246

Índice	247
---------------------	-----

Abstracts	251
------------------------	-----

Instruções para os autores	255
---	-----

Revista de Direito "Campos Salles"

**FACULDADES INTEGRADAS
"CAMPOS SALLES"**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DE 2002 ASPECTOS FUNDAMENTAIS <i>Silmara Juny de Abreu Chinelato</i>	07
GLOBALIZAÇÃO E DIREITO PENAL <i>Sérgio Salomão Shecaira</i>	36
A PARTE E O TODO QUESTÕES ACERCA DA ÉTICA E DA RACIONALIDADE <i>Antônio Sérgio Rocha</i>	51
RELAÇÕES NEGOCIAIS – BREVES NOTAS A RESPEITO DA EVOLUÇÃO DO CONTRATO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 <i>Regina Sahn</i>	69
REFLEXÕES SOBRE A TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA DOS DIREITOS E INTERESSES SUPRA-INDIVIDUAIS PELO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO <i>Ricardo Raboneze</i>	76
FUNDAMENTOS E DESAFIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO <i>Pedro Abi-Eçab</i>	92

Meritum

REVISTA DE DIREITO DA FCH/FUMEC

Estado democrático de Direito e efetivação de direitos



1 História social e dimensão jurídica	5
<i>Paolo Grossi</i>	
2 Apontamentos teóricos sobre a (in)aplicabilidade da técnica do cumprimento de sentença no âmbito executivo alimentar	27
<i>Vinicius Lott Thibau</i>	
3 Proposta para uma releitura do fenômeno da regulação estatal sob o prisma do paradigma do Estado Democrático de Direito	51
<i>João Paulo Fernandes da Silva</i>	
4 El acceso a las jurisdicciones regionales de protección y garantía de los derechos humanos	95
<i>Omar Huertas Díaz, Víctor Manuel Cáceres Tovar e Waldina Gómez Carmona</i>	
5 Notas sobre o art. 42-A do Código de Defesa do Consumidor (Lei 12.039/2009) – Sua combinação com as regras cambiais e suas conseqüências para o boleto bancário	137
<i>Marco Paulo Denucci Di Spirito</i>	
6 O processo integracionista europeu sob a ótica da solidariedade e do interesse comum: a cidadania européia como elemento unificador	173
<i>Aline Beltrame de Moura</i>	
7 Os princípios jurídicos e a efetividade das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil	209
<i>Flávia de Ávila e Paula Maria Nasser Cury</i>	
8 A acepção contemporânea do princípio da igualdade à luz da Constituição da República de 1988	237
<i>Guilherme Viana Cavalcanti</i>	

Revista de DIREITO PRIVADO

Ano 11 • n. 41 • jan.-mar./ 2010

Coordenação

NELSON NERY JR.

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Formas de pertencimento medievais e propriedade moderna: da concreção dos fatos à abstração dos bens
ADRIANA ESPÍNDOLA CORRÊA 9
2. A escritura pública de união estável como prova *juris tantum* da paternidade
ASSUELMA ARANTES DA SILVA 31
3. A evolução da ideia de sistema no direito privado: o novo Código Civil e as cláusulas gerais
CLÍCIA KAYALLA GONÇALVES BARBOSA 59
4. O princípio da reserva do possível, o direito à saúde e a fila para transplante de órgãos
LUCAS RISTER DE S. LIMA E MARIA BEATRIZ CRESPO FERREIRA
..... 106
5. As empresas societárias e a limitação patrimonial
MARIA ANTONIETA LYNCH 133
6. A (in)eficácia da prova emprestada
MARIANA BORGES RETAMOSO 152

II. PARECERES

1. Direito de liberdade e a recusa de tratamento por motivo religioso
NELSON NERY JUNIOR 223

III. NOTAS

1. Declaração sobre o “Teste dos Três Passos” do direito de autor
CHRISTOPHE GEIGER, JONATHAN GRIFFITHS E RETO M. HILTY
..... 293

IV. JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Comentada

1. A necessidade de lavratura de escritura pública na cessão de direitos hereditários
LUCIANO LOPES PASSARELLI 313

V. JURISPRUDÊNCIA NA ÍNTEGRA

Acórdãos

1. Superior Tribunal de Justiça

RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Erro médico – Reparação de danos – Cirurgia plástica estética – Obrigação de resultado em que a culpa do profissional da medicina é presumida – Circunstância, no entanto, que não retira o direito do médico de provar a exclusão de sua responsabilidade pelo evento em razão da ocorrência de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima. – STJ – REsp 236.708/MG – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. Carlos Fernando Mathias, juiz federal convocado do TRF-1.ª Reg. 323

ALIMENTOS – Pensão alimentícia – Ação revisional – Demanda utilizada como forma de atualização monetária da obrigação alimentar – Admissibilidade na espécie – Hipótese excepcional em que, após a fixação do dever alimentar em sede de separação judicial, o alimentante, que ficou na posse e administração do patrimônio comum, se recusa a partilhar o acervo do casal, impedindo a alimentada de zelar pela manutenção da sua parcela do patrimônio que auxiliou a construir. – STJ – REsp 1.046.296/MG – Segredo de Justiça – j. 17.03.2009 – v.u. 334

RESPONSABILIDADE CIVIL – Ação indenizatória – Danos moral e material – Culpa concorrente – Inocorrência – Acidente em piscina de condomínio em que criança foi sugada pelos cabelos por sistema de drenagem e filtragem mal dimensionado para o local – Mãe da infante que não estava nas proximidades na hora do

infortúnio – Irrelevância – Presença da genitora que não modificaria os fatos, diante da indevida instalação do sistema hidráulico pelo condomínio. AÇÃO INDE-
NIZATÓRIA – Danos moral e estético – Cumulação das
verbas – Admissibilidade, desde que resultantes do
mesmo fato e passíveis de apuração em separado com
causas inconfundíveis. RESPONSABILIDADE CIVIL –
Ação indenizatória – Danos moral e material – Culpa
concorrente – Inocorrência – Acidente em piscina de
condomínio em que criança foi sugada pelos cabelos
por sistema de drenagem e filtragem mal dimensionado
para o local – Pretendido reconhecimento da co-res-
ponsabilidade do fabricante do sistema hidráulico pelo
sinistro – Inadmissibilidade – Manual de instalação for-
necido com o equipamento que deixava claro o perigo
da utilização do produto de forma inadequada. SEGU-
RO DE VIDA – Ação indenizatória – Dano moral – Aci-
dente em piscina de condomínio em que criança foi
sugada pelos cabelos por sistema de drenagem e filtra-
gem mal dimensionado para o local – Demanda inter-
posta contra a seguradora em razão do atraso
injustificado no pagamento do prêmio ajustado – Mãe
da vítima que foi exposta a situação vexatória, ao se
ver impelida a buscar ajuda de terceiros, por meio de
campanhas, para custear o pagamento do tratamento
da infante – Verba devida. AÇÃO INDENIZATÓRIA –
Dano material – Acidente em piscina de condomínio
em que criança foi sugada pelos cabelos por sistema de
drenagem e filtragem mal dimensionado para o local –
Pretendida compensação de pagamentos realizados pa-
ra custear tratamento da vítima, em sede de tutela ante-
cipatória, com os valores devidos a título de pensão
alimentícia, em razão da incapacidade civil da ofendi-
da em razão do sinistro – Inadmissibilidade – Verbas
de naturezas distintas. – STJ – REsp 1.081.432/SP – 4.^a
T. – m.v. – rel. Min. Carlos Fernando Mathias, desem-
bargador federal convocado do TRF-1.^a Reg.

PRESCRIÇÃO – Ação de cobrança – Seguro obrigatório
– DPVAT – Demanda interposta pelo beneficiário –

Prazo prescricional de três anos. – STJ – REsp 1.071.861/SP – 2.ª Seção – m.v. – rel. p/ acórdão Min. Fernando Gonçalves	370
--	-----

2. Tribunal de Justiça de São Paulo

CONSUMIDOR – Publicidade – Refrigerantes – Impedimento da realização de campanha de marketing de determinada bebida gaseificada direcionada a crianças – Pretensão embasada na afirmação de que o consumo exagerado de refrigerantes calóricos pode levar à obesidade – Inadmissibilidade – Impossibilidade de restringir-se atividade licenciada, sob pena de censura – Problema a ser resolvido por meio de educação de pais e educadores sobre o consumo moderado de tais tipos de bebidas. – TJSP – Ap 566.275-4/7 – 4.ª Câm. de Direito Privado – v.u. – rel. Des. Enio Santarelli Zuliani	392
---	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	399
--	-----

Revista de PROCESSO

RePro 180

ano 35 • fevereiro • 2010

Partes e legitimidade nas ações coletivas – Tutela diferenciada – Atuação judicial criativa – El sistema judicial mexicano – Croatia: legal remedies for the violations of the right – Poderes do juiz do *common law* – Parcelamento do crédito em execução – L'azione risarcitoria di classe – Princípio da “parcialidade positiva do juiz” – Possível abrangência da sentença em ação civil pública: processo do trabalho – Lei 5.584/1970 e a liberdade de escolha da assistência advocatícia – Apelação com pedido de correção monetária e reparação de dano moral por ilícito administrativo – Exceção de suspeição.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO **IBDP**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Partes e legitimidade nas ações coletivas
 JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER E RAQUEL HECK MARIANO DA
 ROCHA..... 9
2. Tutela diferenciada
 LUIZ RODRIGUES WAMBIER E TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.... 42
3. A atuação judicial criativa nas sociedades complexas e
 pluralistas contemporâneas sob parâmetros jurídico-constitucionais
 DALTON SANTOS MORAIS..... 55

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. El sistema judicial mexicano (1810-2009)
 JOSÉ OVALLE FAVELA 99
2. Legal remedies for the violations of the right to a trial within a reasonable time in Croatia: in the quest for the holy grail of effectiveness
 ALAN UZELAC..... 159

III. DIREITO COMPARADO

1. Os poderes do juiz no *common law*
 MÁRCIO LOUZADA CARPENA..... 195

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Sou obrigado a receber parceladamente o meu crédito em execução?
 LUIZ GUILHERME DA COSTA WAGNER JUNIOR 221

V. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. L'azione risarcitoria di classe: sollecitazioni europee, resistenze italiane
VINCENZO VIGORITI 245

VI. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Análise dos casos judiciais sob a ótica do princípio da "parcialidade positiva do juiz"
ARTUR CÉSAR DE SOUZA 263

VII. PARECERES

1. Possível abrangência da sentença em ação civil pública: processo do trabalho
ESTÉVÃO MALLET 291

VIII. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. A Lei 5.584/1970 e a liberdade de escolha da assistência advocatícia
CÉSAR BUSNELLO E BRUNO JOSÉ QUEIROZ CERETTA 317

IX. JURISPRUDÊNCIA

ÍTEGRA

1. Supremo Tribunal Federal

Recurso extraordinário – Questão de ordem – Anulação de julgado em decorrência de erro material – Admissibilidade – Julgamento conjunto de inúmeros processos com inserção, equivocada, em lista, de autos com matéria diversa – Inteligência do art. 463, I, do CPC – STF – QO em RE 495.735-3/SC – Tribunal Pleno – m.v. – rel. Min. *Cármem Lúcia* 333

2. Superior Tribunal de Justiça

Registro de imóveis – Averbação – Inserção de protesto judicial contra alienação de bens na matrícula do imóvel – Admissibilidade – Magistrado que determina medida fundamentado no poder geral de cautela, possibilitando a efetiva ciência de terceiros – Inteligência

do art. 798 do CPC – STJ – EDiv em REsp 185.645/PR – 2.ª Seção – v.u. – rel. Min. <i>Luis Felipe Salomão</i>	337
Apelação – Intempestividade – Inocorrência – Interposição de recurso efetivada dentro do prazo legal – Protocolização realizada por equívoco em cartório diverso do trâmite processual – Inexistência de má-fé ou intuito de receber vantagem processual – Formalismo excessivo, ademais, que inviabilizaria o efetivo acesso à justiça – STJ – AgRg no AgIn 775.617/RS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Herman Benjamin</i>	341
Servidor público – Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – Inadmissibilidade – Funcionária que ocupa cargo técnico-administrativo em penitenciária estadual – Incompatibilidade entre a atividade policial e o exercício da advocacia que decorre de expressa previsão legal – Inteligência do art. 28, V, da Lei 8.906/1994 – STJ – REsp 981.410/PR – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Herman Benjamin</i>	344

X. TRABALHOS FORENSES

1. Apelação com pedido de correção monetária e reparação de dano moral por ilícito administrativo (razoável duração do processo para concessão de benefício previdenciário)
FERNANDO GAMA DE MIRANDA NETTO..... 349
2. Exceção de suspeição (art. 135, V, do CPC). Prejulgamento. Imparcialidade. Juiz ativo. Cultura de conciliação. Suspeição provocada ou ilegítima. Litigância de má-fé
LUIS FERNANDO NARDELLI..... 357

XI. RESENHAS

1. *Intervenção de terceiros*, de Athos Gusmão Carneiro – resenha por
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER..... 377
2. *O novo recurso extraordinário*, de Aderbal Torres de Amorim – resenha por
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER..... 379

3. <i>Ação rescisória atípica – instrumento de defesa da ordem jurídica</i> , de Sérgio Gilberto Porto – resenha por LUIZ RODRIGUES WAMBIER.....	381
4. <i>Reconvenção no processo civil</i> , de Luis Guilherme Aidar Bondioli – resenha por FABIANO CARVALHO.....	384
XII. RESUMOS.....	387
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	393
CONSELHEIROS HOMENAGEADOS.....	398
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES.....	399

Revista de PROCESSO

RePro 181

ano 35 • março • 2010

STF e a repercussão geral – Criatividade jurisprudencial – Sumarização procedimental e cognição exauriente – Justicia civil en Uruguay – *Common law* e *civil law*: macrocomparação e microcomparação processual – Não cabimento de honorários advocatícios em mandado de segurança – Julgamento por amostragem dos recursos excepcionais – Medidas autosatisfactivas – Princípio da fungibilidade dos meios no processo civil: dúvida objetiva – *Giustizia* e futuro: conciliazione e *class action* – Justiça no Brasil – Descaminhos da instrumentalidade trabalhista – Mandado de segurança contra ato judicial.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO **IBDP**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. O Supremo Tribunal Federal e a repercussão geral
LUCIANO FELÍCIO FUCK..... 9
2. Sobre a importância e os riscos que hoje corre a *criatividade de jurisprudencial*
EVARISTO ARAGÃO SANTOS 38
3. Técnicas diferenciadas de sumarização procedimental e cognição exauriente: das providências preliminares, julgamento “antecipado” do processo e do procedimento monitorio
FERNANDO HORTA TAVARES E ELDER GOMES DUTRA 59

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. La reforma de la justicia civil en Uruguay: los procesos ordinarios civiles por audiencias (Parte I)
SANTIAGO PEREIRA CAMPOS 91
2. La qualité de la norme juridictionnelle
LOÏC CADIET..... 137

III. DIREITO COMPARADO

1. *Icebergs do common law e civil law?* Macrocomparação e microcomparação processual e o problema da verificação da verdade
MICHELE TARUFFO 167

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Apontamentos sobre a tempestividade recursal: fluência e ciência inequívoca; recurso interposto antes da intima-

ção; interrupção do prazo por força da interposição de embargos de declaração

FLÁVIO CHEIM JORGE..... 173

2. Não cabimento de honorários advocatícios em mandado de segurança: o entendimento equivocado que virou lei

LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO..... 189

3. Julgamento por amostragem dos recursos excepcionais: denegação de justiça?

MARCELO MOURA DA CONCEIÇÃO..... 231

V. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. Las medidas autosatisfactivas como forma de tutela diferenciada: importancia para remover vías de hecho, constitucionalidad, excepcionalidad y límites

FERNANDO ADRIÁN HEÑIN 259

VI. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. A dúvida objetiva como único requisito para a aplicação do princípio da fungibilidade dos meios no processo civil: posicionamento do Supremo Tribunal Federal

ERICK SIMÕES DA CAMARA E SILVA..... 273

VII. CONFERÊNCIAS

1. Giustizia e futuro: conciliazione e *class action*

VINCENZO VIGORITI 297

VIII. ESTUDO DE CASO

1. Justiça no Brasil: barata para os litigantes de má-fé, mas não para os bons cidadãos

MARCO ANTONIO BOTTO MUSCARI..... 305

IX. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Os descaminhos da instrumentalidade trabalhista

PAULO AMÉRICO MAIA FILHO 313

ÍTEGRA

1. Supremo Tribunal Federal

Competência – Ação civil pública – Demanda interposta pelo Ministério Público Federal contra Estado-membro, objetivando a suspensão de concurso público para o provimento de vagas de professores para o magistério indígena – Inexistência de conflito federativo no litígio – Incompetência do Supremo Tribunal Federal para processamento do feito – Inteligência do art. 102, I, f, da CF/1988 – STF – AgRg na ACO 1.191-2/RR – Tribunal Pleno – v.u. – rel. Min. *Cármen Lúcia* 337

2. Superior Tribunal de Justiça

Ação civil pública – Improbidade administrativa – Cumulação de pretensões de natureza diversa – Admissibilidade, desde que observadas as condições específicas do Código de Processo Civil. Petição inicial – Inépcia – Inocorrência – Ação civil pública – Improbidade administrativa – Peça inaugural que descreve genericamente fatos e imputações – Suficiência – Narrativa que permite a delimitação do alcance do pedido e propicia o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa – STJ – REsp 964.920/SP – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Herman Benjamin* 344

Legitimidade *ad causam* – Mandado de segurança – Arbitragem – *Writ* impetrado por Câmara Arbitral contra ato que recusa a liberação de saldo de conta vinculada ao FGTS reconhecida por sentença arbitral – Inadmissibilidade – Direito a ser perseguido pelo próprio titular da conta – STJ – AgRg no REsp 1.059.988/SP – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Herman Benjamin* 349

Transação extrajudicial – Homologação judicial – Inadmissibilidade – Acordo celebrado entre particular e a Fazenda Pública, no sentido de abrir mão de parte do crédito a que tem direito, visando violar a ordem cronológica de pagamento de precatórios – Impossibilidade de o Judiciário homologar acordo que tenha, pelas circunstâncias de fato, objeto ilícito ou de licitude duvidosa – Ajuste, ademais, rescindindo por uma das partes, por reconhecida nulidade da avença, que

implica perda do objeto da pretensão – STJ – AgRg no REsp 1.090.695/MS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Herman Benjamin</i>	352
---	-----

XI. TRABALHOS FORENSES

1. Mandado de segurança contra ato judicial: princípio da proporcionalidade e abuso de poder CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA E LUISA MELLO	363
--	-----

XII. RESENHAS

1. <i>Tutelas de urgência na execução civil</i> , de Rita Quartieri – resenha por GILBERTO GOMES BRUSCHI.....	373
2. <i>Liquidação da sentença civil: individual e coletiva</i> , de Luiz Rodrigues Wambier – resenha por LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ	376
3. <i>Execução extrajudicial e devido processo legal</i> , de Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa – resenha por LUIZ RODRIGUES WAMBIER.....	379

XIII. RESUMOS	383
---------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	389
----------------------------------	-----

CONSELHEIROS HOMENAGEADOS	395
---------------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES	397
--	-----

Revista Jurídica



Destaques:

- Recurso Especial e Ações de Família
- Mandado de Segurança na Disciplina da Lei 12.016/2009
 - Embargos de Terceiro
 - Reserva Legal e sua Averbação
 - O Novo Art. 387, IV, do CPP
- Torcidas Organizadas: Aspectos Sociais e Criminais

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Teresa Arruda Alvim Wambier
(Recurso Especial e Ações de Família)
- 25 Luiz Rodrigues Wambier e
Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos
*(O Mandado de Segurança na Disciplina da
Lei 12.016, de 07 de Agosto de 2009)*
- 45 Ronaldo Fenelon Santos Filho
(Apontamentos Sobre os Embargos de Terceiro)
- 63 João Eduardo Lopes Queiroz
*(Reserva Legal e sua Averbação no Dia 11 de
Dezembro de 2009: Ilegalidade da Exigência)*

Doutrina Penal

- 79 Antonio do Passo Cabral
*(O Valor Mínimo da Indenização Cível Fixado na
Sentença Condenatória Penal: Notas Sobre o
Novo Art. 387, IV, do CPP)*
- 107 Gustavo Serafim de Aguiar Silva
(Torcidas Organizadas – Aspectos Sociais e Criminais)

Jurisprudência Cível

- 127 Superior Tribunal de Justiça
- 145 Superior Tribunal de Justiça
- 157 Superior Tribunal de Justiça

163 Ementário Cível

Jurisprudência Penal

179 Supremo Tribunal Federal

183 Ementário Penal

Sinopse de Mudanças Legislativas

189 Legislação Relevante de Fevereiro de 2010
(Ementário)

Índice Alfabético-Remissivo

191 Cível

195 Penal

Revista Jurídica



Destaques:

- Coisa Julgada e Segurança Jurídica – Obrigações Tributárias
- Cumprimento da Sentença – Transação ou Conciliação – Obrigação Pecuniária
- Sentença – Novo Conceito – Sistema Recursal
 - Direito de Família – Inovação e Tradição – Código Civil Brasileiro
 - Perigo – Sociedade do Risco
- CDC – Danos Materiais e Morais – Repercussão Geral
 - Jurisprudência Seleccionada (com Comentários)

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Humberto Theodoro Júnior
(Coisa Julgada e Segurança Jurídica: Alguns Temas Atuais de Relevante Importância no Âmbito das Obrigações Tributárias)
- 53 Daniel Roberto Hertel
(Cumprimento da Sentença Homologatória de Transação ou de Conciliação que Estabeleça Obrigação Pecuniária)
- 63 Antonio Janyr Dall'Agnol Junior
(O Novo Conceito de Sentença e o Sistema Recursal)
- 77 Luiz Edson Fachin
(Inovação e Tradição do Direito de Família Contemporâneo Sob o Novo Código Civil Brasileiro)

Doutrina Penal

- 99 Diego Romero
(As Excessivas Incriminações do Perigo como Fenômeno do Direito Penal da Sociedade do Risco)

Jurisprudência Cível

- 121 Supremo Tribunal Federal
- 127 Supremo Tribunal Federal
(O Recurso Extraordinário e a Repercussão Geral. Acórdão comentado por Marcos Roberto Wuaden)
- 133 Superior Tribunal de Justiça
- 139 Superior Tribunal de Justiça
- 151 Ementário Cível

Jurisprudência Penal

- 167 Superior Tribunal de Justiça
- 171 Ementário Penal

Sinopse de Mudanças Legislativas

- 181 Legislação Relevante de Março de 2010
(Ementário)

Índice Alfabético-Remissivo

- 183 Cível
- 185 Penal

REVISTA JURÍDICA
EMPRESARIAL

ANO 3 – JANEIRO/FEVEREIRO DE 2010 – Nº12

DIRETORES

Antonio Janyr Dall’Agnol Junior
Marco Antônio Coutinho Paixão
Sérgio Gilberto Porto

CONSELHO EDITORIAL

Anderson Vichinkeski Teixeira
Arnoldo Wald
Caleb Salomão Pereira
Cesar Roberto Bittencourt
Daniel Ustárroz (Coordenador)
Éderson Garin Porto
Euclides Rosa Filho
Fábio Ulhoa Coelho
Gilberto Stürmer
Giuseppe Vettori
Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Ives Gandra Martins
José Augusto Delgado
José Tadeu Neves Xavier
Mariângela Guerreiro Milhoranza
Raúl Cervini
Ricardo Lobo Torres
Ruy Rosado de Aguiar Junior
Vera Maria Jacob de Fradera

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 11 João Pedro Scalzilli e Luis Felipe Spinelli
(Reflexões Sobre a Sociedade em Conta de Participação no Direito Brasileiro)
- 107 Andrei Pitten Velloso
(A Temerária "Modulação" dos Efeitos da Pronúncia de Inconstitucionalidade em Matéria Tributária)
- 121 João Carlos Leal Júnior, Beatriz Marques Machado, Maria Eugênia Aranda Fatur, Natália Taves Pires e Ligia Paludo
(Análise Sobre os Fundamentos, Objeto e Titularidade do Direito Autoral)
- 135 Ana Cláudia Redecker
(Conflito de Interesses no Órgão de Gestão Colegiada das Sociedades Limitadas e Sociedades Anônimas, no Ordenamento Jurídico Brasileiro e Português)
- 187 Marcelo Gazzi Taddei
(Aspectos Relevantes do Contrato de Representação Comercial ou Agência)

Doutrina Estrangeira

- 241 Francisco González de Cossío
(Arbitraje de Inversión y America Latina)

Parecer

- 259 Karin Sohne Genz e Julio Cesar Finger
(A Inconstitucionalidade da Lei nº 11.448/2007)

Atualidades Empresariais

- 269 Notícias Seleccionadas pelo Editor

Jurisprudência

- 279 Supremo Tribunal Federal
- 285 Supremo Tribunal Federal
- 289 Superior Tribunal de Justiça
- 303 Superior Tribunal de Justiça
- 313 Superior Tribunal de Justiça
- 331 Tribunal Superior do Trabalho
- 339 Ementário

Jurisprudência Estrangeira

- 355 Acórdão da Corte Suprema di Cassazione
- 359 *Sinopse de Mudanças Legislativas*
(*Legislação Relevante de Janeiro a Fevereiro de 2010*)
- 361 *Índice Alfabético - Remissivo*

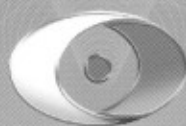
34

FEV/MAR 2010

Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover
Adeildo Nunes
Amadeu de Almeida Weinmann
Aury Lopes Júnior
Carlos Ermani Constantino
Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal
Cezar Roberto Bitencourt
Damásio E. de Jesus
Élcio Pinheiro de Castro
Fernando Capez
Fernando da Costa Tourinho Fº
Fernando de Almeida Pedrosa
Geraldo Batista de Siqueira
Haroldo Caetano da Silva
José Carlos Teixeira Giorgis
José Henrique Pierangeli
Luiz Flávio Borges D'Urso
Luiz Flávio Gomes
Marcelo Roberto Ribeiro
Maurício Kuehne
Renato Marcão
René Ariel Dotti
Ronaldo Batista Pinto
Sergio Demoro Hamilton

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal



magister
Editora

www.editoramagister.com

Sumário

Doutrina

1. A Prisão Especial para o Advogado – “Sala do Estado-Maior”
Amadeu de Almeida Weinmann 5
2. Indiciamento e a Identificação Criminal do Civilmente Identificado –
Lei nº 12.037, de 01.10.2009 – Considerações Gerais
Fernando Capez 16
3. Crimes Sexuais e a Pessoa Vulnerável
José Carlos Teixeira Giorgis 20
4. Direito de Presença nas Audiências: STF Viola Convenção Americana de
Direitos Humanos
Luiz Flávio Gomes 35
5. Liberdade Provisória em Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Supremo
Tribunal Federal: Artigo 44 da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas)
Renato Marcão 39
6. Investigação Policial – Requisição de Inquérito Policial – Diligências
Probatórias e *Opinio Delicti* – Artigos 12, 27, 28, 39, § 5º, 67 e 155, CPP –
Lei nº 4.898, Artigo 12 – Artigo 1º, Parte Final, da Lei nº 8.038/90 –
Artigos 5º, II, e 13, II, CPP
Geraldo Batista de Siqueira, Marina da Silva Siqueira e Sérgio Sávio Batista Borba ... 45
7. Uma Posição sobre os Tipos Penais Cumulativos
Eduardo Saad Diniz 57
8. A Caixa de Pandora do Processo Penal
Fabiano Pimentel 65

Crônica da Violência e da Criminalidade

1. Violência, Criminalidade e Defesa Social
José Eulálio Figueiredo de Almeida 69

Em Evidência

1. O Procedimento do Júri em Face da Reforma do Processo Penal (III)
Sergio Demoro Hamilton 82

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Denúncia. Audição Prévia do Acusado.
Formalidade. Natureza. Prejuízo por Falta de Audição do Acusado
Rel. Min. Marco Aurélio 101

2. Superior Tribunal de Justiça – Furto Qualificado. Princípio da Insignificância. Réu Portador de Maus Antecedentes. Aplicação. Possibilidade <i>Rel.^a Mir^a Laurita Vaz</i>	106
3. Superior Tribunal de Justiça – Tóxicos. Condenação pela Antiga Lei. Dosimetria da Pena. Aplicação da Nova Lei de Tóxicos Mais Benéfica ao Acusado. Possibilidade <i>Rel. Min. Felix Fischer</i>	115
4. Superior Tribunal de Justiça – Roubo. Concurso de Agentes e Emprego de Arma de Fogo. Causas de Aumento. Percentual Acima do Mínimo Legal. Falta de Fundamentação. Ilegalidade <i>Rel.^a Mir^a Laurita Vaz</i>	120
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Prova Testemunhal. Expedição de Carta Rogatória. Indeferimento. Cerceamento de Defesa Não Caracterizado. Imprescindibilidade da Prova Não Demonstrada pela Defesa do Paciente <i>Rel. Juiz Fed. Conv. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i>	128
6. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Lei Maria da Penha. Ameaça Configurada. Índícios de Autoria e Materialidade. Medidas Protetivas de Urgência. Concessão <i>Rel. Des. Pedro Vergara</i>	134
7. Tribunal de Justiça de São Paulo – Falsificação de Documento Público. Cédula de Identidade. Alteração Apta a Iludir Alguém. Condenação <i>Rel. Des. Willian Campos</i>	139
8. Divergência Jurisprudencial	142
9. Ementário	143
Sinopse Legislativa	162
Destaques dos Volumes Anteriores	163
Índice Alfabético-Remissivo	164

MÚTIPLA

NÚMERO 25 – ANO XIII – DEZEMBRO 2008

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Ana Luiza Setti Reckziegel

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

Marcos Ferreira da Costa Lima

Manoel Moacir C. Macêdo

Pio Penna Filho

**Faculdades Integradas****Diretor-Presidente****Diretor Administrativo****Diretor Financeiro****Diretor de Relações Públicas****Diretor de Ensino****Diretor de Pós-Graduação****Diretora de Avaliação****Diretor de Ensino a Distância**

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Ana Cristina Morado Nascimento

Benito Nino Bisio

Sebastião Fontineli França

Andreza Rodrigues Filizzola Bentes

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

SUMÁRIO

5 Apresentação

ENSAIOS

9 As divergências historiográficas sobre a reforma religiosa de Akhenaton

Elvis Rodrigues Sampaio

27 Mercenários de 1851: significados da imigração alemã para o Brasil

Ivan Dreyer

51 Poupança, Investimento e Crescimento Econômico

Pedro Celso Rodrigues Fonseca

OPINIÃO

79 Instrumentos de redução do desequilíbrio intra-regional na Amazônia ocidental

Getúlio Alberto de Souza Cruz

Ana Zuleida Barroso da Silva

Romanul de Souza Bispo

93 Novas reflexões sobre a identidade dos zonofoROI no “Oráculo do oleiro” e no Bahman Yašt

Vicente Dobroruka

105 L’impasse des carrières courtes dans l’enseignement supérieur brésilien: le cas des cours séquentiels

Rubens de Oliveira Martins

INFORMAÇÃO

133 Didática: mediando a sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem para uma prática pedagógica competente

Eliane Maria Cherulli Carvalho

Lílian Cherulli de Carvalho

151 Por que ler Oswald de Andrade (resenha)

Rubens de Oliveira Martins

155 Normas para colaboradores



REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

DOCTRINA – JURISPRUDÊNCIA

ANO XVII

ANO XVIII

Periodicidade: quadrimestral

Tiragem: 2.710 exemplares

Impressa em novembro de 2009

Publicação da Corregedoria-Geral da Justiça

Diretora da Revista: Dra. Cristina Pereira Gonzales – Juíza de Direito da Turma Recursal Criminal

Revisor: Dr. Clóvis Moacyr Mattana Ramos – Juiz-Corregedor Coordenador dos Juizados Especiais

Endereço para remessa de material: Foro Central, sala 211, para a Diretora.

Impressão: Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Avenida Otto Niemeyer, nº 165, CEP 91910-000, Porto Alegre-RS. Fones-faxes: (51) 3268-2081, 3268-2150, 3268-6183 e 3268-2073.

51/52/53

Porto Alegre
Dezembro – 2007
Abril/Agosto – 2008

SUMÁRIO

Apresentação	9
Doutrina:	
Máximas de Experiência: Uma Reflexão Necessária no Âmbito dos Juizados Especiais Cíveis – Sheron Garcia Vivian	13
Jurisprudência:	
Turmas Recursais Cíveis	27
Turma Recursal Criminal	81
Noticiário	101
Administrativo	135

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

Revista dos
Juizados Especiais
Doutrina e Jurisprudência

Ano XIII – Número XXVI – Jan./Jun. 2009

SUMÁRIO

DOUTRINA

O Consumidor e os Juizados Especiais Cíveis
Fernando Antônio Tavernard Lima

15

Jurisprudência Cível

Acórdãos	21
DANO MATERIAL	21
DANO MORAL - CIA. AÉREA	30
DANO MORAL - DIVERSOS	35
FRAUDE À EXECUÇÃO.....	39
Nulidade PROCESSUAL	43
OBRIÇÃO DE FAZER	48
PLANO DE SAÚDE	58
PROPAGANDA.....	64
REVELIA.....	69
SEGURO	74

EMENTAS	79
ACIDENTE DE TRÂNSITO	79
ASSINATURA BÁSICA	84
COBRANÇA	88
COMPETÊNCIA	89
CONSÓRCIO	92
CORRETAGEM	94
DANO MATERIAL	95
DANO MORAL - BANCO	99
DANO MORAL - CIA. AÉREA	100
DANO MORAL - CIA. TELEFÔNICA	108
DANO MORAL - DIVERSOS	112
DANO MORAL - SPC	131
DIREITOS AUTORAIS	135
FURTO EM ESTACIONAMENTO	136
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO	137
LEILÃO PÚBLICO	138
NULIDADE PROCESSUAL	140
OBRIGAÇÃO DE FAZER	141
PLANO DE SAÚDE	144
PREPARO RECURSAL	146
PROPAGANDA	147
RECLAMAÇÃO	150

REVELIA.....	151
SEGURO	154
TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO	156
VÍCIO DO PRODUTO	157
VIZINHANÇA	164

Jurisprudência criminal

ACÓRDÃOS	171
----------------	-----

ABUSO DE AUTORIDADE.....	171
DESOBEDIÊNCIA	191
LESÃO CORPORAL.....	194
PORTE DE ARMA BRANCA.....	197
PORTE DE ENTORPECENTE	200
REPRESENTAÇÃO.....	207

EMENTAS	211
---------------	-----

ATO OBSCENO	211
COMPETÊNCIA	212
CONTRAVENÇÃO PENAL.....	212

CRIME DE INJÚRIA.....	213
CRIME DE RESISTÊNCIA	214
CRIME DE TRÂNSITO	216
DESACATO.....	218
DESOBEDIÊNCIA	221
FALSA IDENTIDADE.....	222
HABEAS CORPUS	223
ILEGITIMIDADE ATIVA	224
INVASÃO DE DOMICÍLIO	224
LESÃO CORPORAL.....	225
PORTE DE ENTORPECENTE	228
RECEPTAÇÃO.....	233

SÚMULAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RECENTES).....	237
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	249
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	281

ENUNCIADOS do FONAJE

ENUNCIADOS CÍVEIS	287
ENUNCIADOS CRIMINAIS	301

ÍNDICE JURISPRUDENCIAL	
------------------------------	--

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

Revista dos
Juizados Especiais
Doutrina e Jurisprudência

Ano XIII – Número XXVII – Jul./Dez. 2009

SUMÁRIO

DOCTRINA

Os protagonistas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais
Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto

15

Jurisprudência Cível

Acórdãos	33
Acidente de Trânsito	33
Condomínio	37
Dano Moral - cia. Aérea	41
Dano Moral - cia Telefônica	46
Dano Moral - diversos	55
Execução.....	60
Obrigação de Fazer	65
Responsabilidade Civil	71

EMENTAS	79
ACIDENTE DE TRÂNSITO	79
ASSINATURA BÁSICA	82
ASSOCIAÇÃO	83
COBRANÇA	84
COMPETÊNCIA	91
CONDÔMÍNIO	96
CONSÓRCIO	96
CORRETAGEM	98
DANO MATERIAL	100
DANO MORAL - BANCO	101
DANO MORAL - CIA. AÉREA	106
DANO MORAL - CIA. TELEFÔNICA	112
DANO MORAL - DIVERSOS	118
DANO MORAL - SPC	132
EMPREITADA	136
FURTO EM ESTACIONAMENTO	137
OBRIGAÇÃO DE FAZER	140
PLANO DE SAÚDE	147
POSSE	152
PROPAGANDA	152
RECURSO	154
RESPONSABILIDADE CIVIL	157
SEGURO	163

TRANSTORNO Cotidiano	163
Vício do Produto.....	164
Vício Oculro	168

Jurisprudência criminal

Acórdãos	175
Abuso de autoridade.....	175
COMPETÊNCIA	188
CONTRAVENÇÃO Penal	192
CRIME de RESISTÊNCIA.....	197
PORTE de ENTORPECENTE.....	204
EMENTAS	207
ATO obsceno	207
COMPETÊNCIA	209
CONTRAVENÇÃO penal.....	210
CRIME de DANO	212
CRIME de TRÂNSITO	212
DESACATO.....	213
Falsa Identidade.....	215
Injúria	216
LESÃO CORPORAL.....	218
PORTE de ENTORPECENTE.....	220

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 894 • abril 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID

(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),

registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990

(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



**PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel.: 0800-702-2433

www.rt.com.br

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- A nova lei do mandado de segurança (Lei 12.016, de 07.08.2009)
ARNOLDO WALD..... 9

Segunda Seção

- Interdisciplinaridade e direitos fundamentais: reflexões para uma
nova metodologia do ensino de direito ambiental
JOSÉ RENATO NALINI e WILSON LEVY 29

Terceira Seção

- Determinação temporal dos efeitos da pronúncia de inconstitucionalidade e sua disciplina normativa (art. 27 da Lei 9.868/1999)
PAULO JOSÉ MACHADO CORRÊA 49

PARECER CIVIL

- Área *non aedificandi* ao lado da faixa de domínio das rodovias
EGON BOCKMANN MOREIRA 81

Publicação Oficial

1.Supremo Tribunal Federal	99
2.Superior Tribunal de Justiça	135
3.Tribunal de Justiça de São Paulo	197
4.Juстиça dos Estados.....	221
Tribunal de Justiça do Acre.....	221
Tribunal de Justiça do Amapá.....	225
Tribunal de Justiça da Bahia	229
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	234
Tribunal de Justiça de Goiás	242
Tribunal de Justiça do Maranhão	246
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	252
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	254
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	258
Tribunal de Justiça do Pará	264
Tribunal de Justiça do Paraná.....	269
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	272
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	278
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	284
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	287
Tribunal de Justiça de Rondônia	294
Tribunal de Justiça de Roraima	298
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	302
5.Tribunais Regionais Federais.....	310
1.ª Região.....	310
2.ª Região.....	322
4.ª Região.....	328
5.ª Região.....	341

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

- O problema da fundamentação do direito penal do inimigo
JOE TENNYSON VELO 349
- Princípios do direito ambiental e tutela penal
PAULO AFFONSO LEME MACHADO 383

Segunda Seção

- Execução penal e o direito penal do futuro: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de presos
CHRISTIANY PEGORARI CONTE 401

Terceira Seção

- Lei Maria da Penha: instrumento de emancipação da mulher?
GLÁUCIA FALSARELLA FOLEY 443

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal 461
2. Superior Tribunal de Justiça 501
3. Tribunal de Justiça de São Paulo 581
4. Justiça dos Estados 611
- Tribunal de Justiça do Acre 611
- Tribunal de Justiça do Amapá 618

Tribunal de Justiça da Bahia	622
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	626
Tribunal de Justiça de Goiás	647
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	651
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	657
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	664
Tribunal de Justiça do Paraná.....	677
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	682
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	685
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	691
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	695
Tribunal de Justiça de Roraima	701
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	706
5. Tribunais Regionais Federais.....	715
1.ª Região.....	715
2.ª Região.....	724
4.ª Região.....	734
5.ª Região.....	742
6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo	748

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	755
Matéria Penal	777
Normas de publicação para os autores	799